

Nas bordas da autoria: a escrita errática dos cadernos de Maricota (1850 – 1937)

On the edges of authorship: the erratic writing of Maricota's notebooks (1850 – 1937)

Mariana Diniz Mendes* (FFLCH - USP)

Resumo: O presente artigo analisa a escritura de Maria da Glória Quartim de Moraes (1850 – 1937) formada pelo *corpus* (cinco cadernos, uma agenda e quinze folhas soltas) preservado no Fundo Valdomiro Silveira, no Instituto de Estudos Brasileiros (IEB – USP), pela lente da dupla invisibilidade a que foram relegadas as memórias produzidas por brasileiras nascidas no século XIX. Os textos heterogêneos (relatos, entradas de diário, receitas culinárias, anotação de despesas e máximas) são marcados por dois eixos: a vida conjugal e os assuntos políticos. Por trás da escritura errática de Maricota, como era chamada por familiares e amigos, se revela uma mulher que muito escreveu e que, apesar do seu discurso conservador, desenvolveu uma voz autoral criando na escrita um espaço para manifestar suas opiniões em um contexto hostil. O duplo silenciamento pode ser compreendido no engendramento de dois fatores: excluídas do processo formativo da literatura brasileira (SCHMIDT, 2019, p. 65) e rebaixadas como sujeito histórico, político e cultural, mulheres da classe dominante elegem as memórias como gênero textual possível. Sendo estas consideradas “escrita mediana, ao alcance de qualquer um, sem valor” (LEJEUNE, 2004, p. 8), a autoria desses textos não se realiza, pois, como observa Foucault, o estatuto de autor se legitima conforme a sociedade e o contexto cultural de uma época.

Palavras-chave: Narrativas, Memória, História das mulheres, Escrita feminina.

Abstract: This article analyzes the writing of Maria da Glória Quartim de Moraes (1850 – 1937) formed by the corpus (five notebooks, one diary and another fifteen loose sheets) preserved in the Valdomiro Silveira Fund, at the Brazilian Studies Institute (IEB – USP), through the lens of the double invisibility to which memories produced by Brazilian women born in the 19th century were relegated. The heterogeneous texts (reports, diary entries, cooking recipes, notes on expenses and maxims) are marked by two axes: married life and political matters. Behind Maricota's erratic writing, as she was called by family and friends, is a woman who wrote a lot and who, despite her conservative discourse, developed an authorial voice, creating a space on paper to express her opinions in a hostile context. The double silencing can be understood in the engendering of two factors: excluded from the formative process of Brazilian literature (SCHMIDT, 2019, p. 65) and demoted as a historical, political and cultural subject, women of the ruling class choose memories as a possible textual genre. Since memories are considered “average writing, within the reach of anyone, without value” (LEJEUNE, 2004, p. 8), the authorship of these texts does not take place, because, as Foucault observes, the author's statute is legitimized according to society. and the cultural context of an era.

* Doutoranda em Literatura Brasileira da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. E-mail: mariana.mendes@usp.br. Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-0796-2627>

Keywords: Narratives, Memory, Women's history, Women's writing.

“Na minha opinião, escreve quem quer”
Carolina Maria de Jesus

A escritura de mulheres brasileiras nascidas na primeira metade do século XIX, como a produzida por Maria da Glória Quartim de Moraes (1850 – 1937), se constitui como um amálgama, um todo indissociável de questões culturais, sociais, históricas e geográficas. Os textos de Maricota, como era chamada por familiares e amigos, atravessam as fronteiras dos gêneros textuais sendo compostos por uma miscelânea: diários, memórias, receitas e aforismas. É possível chamar as mulheres memorialistas, de escritoras? Qual a relação de Maricota com o que ela põe no papel? Por trás do *corpus* analisado existe uma voz autoral? Das indagações a serem discutidas neste artigo passo para afirmações: Maria da Glória Quartim de Moraes muito escreveu e criou um espaço para fazer sua voz ressoar mesmo vivendo em um contexto hostil para mulheres que desejavam se expressar. Afinal, ao registrar: “eu não sou uma mulher, sou uma pedrada. Serei sincera” (MORAES, 1981, p. 9), ela sugere que suas folhas não passarão em branco.

Em agosto de 2006, o Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo (IEB-USP) recebeu a documentação do acervo pessoal do escritor Valdomiro Silveira (1873-1941). Junto com o material vieram cadernos de mulheres da família. Nomeado como Fundo Valdomiro Silveira, o acervo reúne manuscritos, cartas, fotografias e livros, que foram doados por Isabel Leal Góes e Ana Maria Leal Góes de Mello, neta e bisneta do autor paulista. Pouco lembrado atualmente, Valdomiro possui uma biografia extensa e multifacetada. Ingressou nas arcadas do Largo São Francisco em 1890 exercendo a advocacia sem deixar de lado sua paixão pelas letras. Publicou assiduamente na imprensa (seus contos regionalistas saíram nos jornais *O Estado de S. Paulo* e *Comércio de São Paulo* e em revistas, como *Revista do Brasil* e *A Bruxa*) e esteve à frente de cargos políticos – foi secretário da Educação do Estado de São Paulo, deputado estadual pelo mesmo estado e vice-presidente da Constituinte Paulista. Em 1909, passou a ocupar a 29ª cadeira da Academia Paulista de Letras. Seus principais livros: *Os caboclos* (1920), *Nas serras e nas furnas* (1931), *Mixuangos* (1937) e *Leréias* (1945, publicado postumamente) retratam o universo caipira.

Em meio aos documentos de Valdomiro Silveira, destaca-se um conjunto volumoso de 64 diários que vêm sendo estudados desde 2019 pertencentes a Maria Isabel Silveira, esposa do escritor. A gênese desta escrita diarística originou a dissertação: “Diários de Maria Isabel Silveira (1880 – 1965): vestígio e inscrição de uma voz comedida”¹, trabalho da autora deste artigo, que tem continuidade no doutorado em andamento com o objetivo de cobrir a totalidade do conjunto. Além deste montante ressalto outro conjunto (base deste artigo), formado por cinco cadernos, uma agenda e quinze folhas soltas que pertenceram a Maria da Glória Quartim de Moraes, mãe de Isabel. Além dos manuscritos, incorpora-se como elemento importante de análise da escrita de Maricota, *Reminiscências de uma velha*, compilação póstuma e autofinanciada por sua neta, Yone Quartim.

Antes de apresentar Maricota, chamo atenção para a maneira com que vestígios deixados por mulheres chegam aos arquivos e centros de documentação. Os cadernos de Maria Isabel Silveira e Maria da Glória Quartim de Moraes não entraram pela porta da frente, quer dizer, vieram de carona com o espólio do escritor. Como instituições intrinsecamente atreladas às esferas de poder, os arquivos legitimam os valores da cultura dominante e por isso refletem o silenciamento imposto ao gênero feminino. É de se supor o quanto se perdeu de mulheres que muito escreveram apenas por não terem sido casadas com figuras tidas como relevantes em nossa cultura. Este tema não passa despercebido a muitas cientistas no exterior e no Brasil que se dedicam a problematizar a perspectiva da história tradicional em privilegiar o espaço público como sua principal matéria, onde mulheres historicamente não eram bem-vindas. A historiadora Michelle Perrot sintetiza: “No teatro da memória, as mulheres são sombras tênues” (PERROT, 1989, p. 9).

Ao analisar a escrita de mulheres nascidas no século XIX, me deparei com questões à margem que parecem secundárias, como esta relativa ao campo da arquivística. Porém, acredito ser necessário evidenciar cada um dos obstáculos que se interpuseram e desafiaram a perenidade dos textos para reconhecer a riqueza e a complexidade neles envolvidas. Recuperar estas adversidades prepara o leitor para vislumbrar a força desta escritura que rompe o tempo.

¹ Dissertação de mestrado em literatura brasileira defendida em 2021 na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP, sob orientação do Professor Marcos Antonio de Moraes. A pesquisa contou com bolsa Capes.

Maria da Glória Quartim de Moraes nasceu em São Paulo, em 20 de novembro de 1850, filha de Antonio Bernardo Quartim e Henriqueta Eulália de Molina. Pertenceu a uma camada de certo prestígio econômico e social, herdando, principalmente, capital cultural. O pai de Maria da Glória era proprietário do Teatro do Largo São Paulo tendo a filha participado do clima cultural da época, ao redor de intelectuais e artistas. “Inclinada à leitura” (MORAES, 1981, p. 9), desde pequena se diz inquieta por pensamentos e reflexões. A rigidez com que foi educada pela mãe, que pregava os princípios da tradição católica (excesso de regras e castigos), desenvolve na menina uma aversão à passividade. Em suas memórias, Maria da Glória reflete sobre os dogmas religiosos e sobre a educação que recebeu. Em 1869, Maricota se casa com João Correa Moraes, juiz de direito em início de carreira, com quem teve 9 filhos. A união se comprova um fracasso. Ao se casar, com dezenove anos, Maricota esperava que João Correa Moraes se mostrasse um bom provedor e chefe de família, mas suas expectativas se frustram. O futuro da família parecia preocupar apenas Maria da Glória, pois em suas palavras, o esposo era um boêmio. Por falta de registro não é possível precisar em que ano Maricota é deixada por João Correa e passa a criar os filhos sozinha, sem se casar novamente. Quando estão adultos e ela não tem mais o compromisso de cuidar da família, sua vida é marcada por uma independência ímpar: muitas viagens (Jundiaí, Caxambu, Paris) e anos morando no Hotel Fraccaroli, em São Paulo, nas imediações da Estação da Luz, sem constituir uma residência fixa. Neste período Maricota faz da escrita uma prática e um caminho em busca da singularidade.

Alçar Maria da Glória ao panteão de escritoras brasileiras parece uma ousadia da autora deste artigo, as memorialistas geralmente permanecem à margem do universo literário. Mesmo depois de terem publicado suas memórias em livros, a maioria permaneceu ignorada (VIANA, 1993, p. 14). Quantos estudiosos de literatura brasileira ouviram falar em Maria Paes de Barros (1851 – 1952), Maria Eugenia Torres Ribeiro de Castro (1862 – 1916) ou Cecília de Assis Brasil (1899 – 1934)? O que está em jogo neste rebaixamento? Quantas vezes a crítica literária se voltou para analisar memórias que não fossem de grandes autores, como Pedro Nava, Graciliano Ramos ou de casos excepcionais: Helena Morley e Carolina Maria de Jesus? Em geral, memórias escritas por mulheres são estudadas na área de educação ou história, poucas vezes na literatura. Levantar as marcas de autoria dos textos de Maria da Glória, expor sua intenção em fazer sua escrita perdurar e trazer à luz os impedimentos histórico-sociais que se interpunham

às mulheres não será uma maneira de reparar a invisibilidade e pôr em xeque essas fronteiras?

O *corpus* (cinco cadernos, uma agenda e quinze folhas soltas) encontrado no acervo de Valdomiro Silveira, junto aos diários de Maria Isabel Silveira, abarca, esgarçadamente, períodos variados. A heterogênea produção memorialística da matriarca – relatos, entradas de diário, receitas culinárias, anotação de despesas e máximas – indicia os muitos assuntos que lhe interessavam, revelando a sua vivacidade mental. Os cinco cadernos de Maricota se aproximam no conteúdo e na materialidade: capas de estilo marmorizado, miolos pautados e medidas no padrão 16 x 24 cm. Em um deles há um carimbo indicando a papelaria onde fora comprado: “Bazar ‘A Normalista’ Livraria e Papelaria S. Faraco. Rua 7 de Abril 12 S. Paulo”. No estilo, Maricota apresenta um rico vocabulário, possui linguagem correta gramaticalmente e a ênfase que emprega em seu discurso pode causar, em alguns trechos, estranhamento pelas construções sintáticas empregadas. Porém, na convivência com o material, noto a dicção de um pensamento ágil que a escrita, em alguns casos, não acompanha. Além disso, um texto produzido no passado que não passou por protocolos editoriais de edição, guarda um ritmo e uma articulação próprias de seu tempo.

Em uma narrativa autobiográfica longa, escrita em folhas soltas, que poderiam ter sido de uma pequena caderneta (10 x 15 cm), Maricota narra sua origem e atesta a intenção de assentar a sua própria história em uma genealogia prestigiosa. Transcrevo trechos deste do testemunho inédito. Chamo atenção para algumas particularidades: as maiúsculas designando importância ou respeito (Marinheiros, Diplomatas, Pais, Africanos etc.), as exclamações que denotam entusiasmo ou intensidade e a preocupação com a compreensão das memórias, vislumbrando seus leitores no acréscimo de notas:

Nasci nesta querida Paulicéia numa casa de sobrado que ainda hoje existe no Largo da Misericórdia sob o número² 6 à 1 hora e 25 minutos da tarde do dia 20 de novembro de 1850, creio que em uma quinta-feira. Foram meus Pais, o Cap. Antonio Bernardo Quartim e sua³ mulher, Henriqueta de Molina, casados a 26 de maio de 1848, casamento este realizado em casa de minha tia paterna, Luiza Euphrosina Quartim de Paiva, viúva do **rico** negociante, Antonio de Paiva Azevedo. Meu Pai foi filho de Antonio Maria Quartim, casado com D. Mathilde filha de D. Thereza Braseiro e do visconde de Castro, irmã natural da Marquesa de

² MGQM insere “(1)”, indicando que vai puxar uma nota de rodapé, mas não há nota correspondente.

³ MGQM Escreve “de”, rasurando-o depois.

Santos, tendo D. Thereza mais outro filho, Padre José Antonio de Oliveira Braseiro de **espírito adiantado** como os Padres daquela época, fazendo parte da **distinta e patriótica** falange dos sacerdotes daquele tempo. (...) Thereza Braseiro, minha Bisavó era espanhola, foi casada 4 vezes! Era senhora de escravos, cultivou café na cidade, mesmo proprietária⁴ na atual rua Visconde do Rio Branco, não há muitos anos chamou-se dos Bambus, por ter em sua casa uma grande touceira de bambus donde lhe veio o nome. (Essa casa pertenceu depois a uma sra de nome Emilia Porto). (...)

Meu avô veio ao Brasil, com a intenção de fundar uma fábrica de tecidos que chegou a fundar à Ladeira da Boa Vista a rua 25 de Março, número 2, cujo prédio foi adquirido por Antonio de Paiva Azevedo, casado com sua filha Luísa. (...)

Como meu Avô era homem de **fina educação e apurado gosto**, era incumbido de mil coisas, entre elas dos festejos que aqui se fizeram por ocasião da coroação de Pedro 1º. O largo de S. Gonçalo naquele tempo foi transformado em bosque e a iluminação era de laranjas transformadas em Lamparinas (1)⁵.

O jornal *Espelho* que se publicava no Rio, desfez-se em **elogios**. Por uma descrição que me fez o Brigadeiro Machado de Oliveira (1867) poucos dias antes de morrer (isto quando eu tinha 16 anos), meu avô era **muito bonito e elegante**, alto loiro corado, olhos pardos, **muito espirituoso**, costumava parar sempre a dar-lhe uma prosa de volta do Jardim Público da Luz, montado a cavalo e com grandes ramos de rosas. Foi ele que em 1827, foi o primeiro Diretor e fundador desse Jardim cujo lago foi desenho seu. Como era grande botânico, esse Jardim chamou-se antes Horto Botânico, pois a intenção era o estudo das plantas medicinais e úteis ao Brasil, por sugestão de meu Avô, fez-se⁶ Jardim Público. O Jardim compreendia toda a área ocupada hoje pela Estação Inglesa e eu ainda alcancei-o em **toda a sua beleza** conquanto alterado e menos belo que no tempo de meu Avô!

(...) O Jardim era servido por **escravos Africanos como muitos estabelecimentos públicos daquele tempo**. Meu Avô sofreu muitos revezes no Brasil, onde prestou **grandes serviços**. Foi proprietário do morro do Jaraguá, onde tentou a mineração do ouro. (...)

Fundando a loja Maçônica Piratininga, hoje Grande Oriente ele estava de acordo com Pedro 1º. Era um desaforo para Pedro 1º sujeito a José Bonifácio e como reagiu sendo ele também maçom da loja do Rio, onde José Bonifácio dominava. É opinião minha que a maçonaria teve toda a influência daquele tempo na Independência.

(...) Meu Avô dirigiu o Jardim de 1827 até 1846, quando morreu. O Imperador que chegou a S. Paulo nessa época⁷, nomeou meu pai Antonio Bernardo Quartim, diretor vitalício. Isto por **homenagem à memória e aos serviços prestados por meu Avô**.

Meu avô era oficial da Armada Real Inglesa, **falava 7 línguas** e como todo o oficial de Marinha Inglesa, sabia o grego e hebraico. Viajou 3 anos toda a Europa e Pacífico, em companhia de seu irmão mais moço, José, na corveta Aurora, corveta de 3 [polos?] de seu irmão Joaquim

⁴ No manuscrito há um ponto final depois de “proprietária”.

⁵ MGQM Inse: “(1)” e na mesma página, abaixo da última linha: “(1) colocadas nas próprias laranjeiras”.

⁶ MGQM Inse posteriormente a partícula “se”.

⁷ A partir deste ponto, MGQM passa a se utilizar também do verso da página. Antes, o verso aparecia em branco, sem uso.

Carlos, corveta que sua viúva e filhos supõem⁸ ter sido vítima de um naufrágio ou de piratas, coisa comum no século 18. Meu avô era irmão do General Pedro Leão Quartin, que passou para Inglaterra, ele com seu filho Antonio Thomaz Quartim também oficial da Armada Real Inglesa e que morreu há poucos anos em Lisboa, como professor de grego e advogado, tendo a fortuna de seu pai sido sonogada pelo mais velho, Conde de Quartin.

Além do forte desejo de se inscrever na posteridade, afirmando o valor de sua genealogia, a principal marca dessa escrita está no sentimento de orgulho, de vaidade e de distinção com que Maricota apresenta seus parentes, desde os mais distantes. A citação acima carrega no tom de importância e influência que a memorialista imprime às ações de seus antepassados, principalmente no que concerne aos feitos do avô. Ao mencionar a presença de escravizados, Maricota parece levemente incomodada ao mencioná-los relativizando essa presença com a justificativa de ser algo usual naquele tempo demonstrando ser um assunto controverso. No entanto, ela não se posiciona contrária à brutalidade da escravidão. É recorrente o uso dos superlativos com efeito de engrandecer seus antepassados aproximando-os de uma linhagem nobre da qual ela seria fruto. Nota-se uma segunda característica da escrita de Maria da Glória são as máximas. Espécie de preceitos morais dotados de ironia, perpassam todos os volumes. Dois dos seis cadernos são cópias passadas a limpo desses fragmentos. Um deles contém na primeira página a letra de Isabel e na sequência a caligrafia de Júnia, a primogênita de Isabel e Valdomiro. As cópias parecem indicar a intenção dos familiares de publicar os escritos de Maria da Glória em livro. As reflexões possuem um estilo pessoal; tratam de assuntos religiosos, sociais, filosóficos e políticos. Algumas aparecem inúmeras vezes, como no caso de: “República – uma coisa que se faz, para aquilo que não se faz”. Além de ser um dos mais recorrentes, vem sempre acompanhado de outra consideração política: “Monarquia – manjar de sustância, ocasiona dor de violentas indigestões”. As duas máximas revelam a impossibilidade de cravar sua posição política aparentemente crítica aos dois regimes. Maricota talvez reproduza em suas máximas a desconfiança que se delineia como projeto de futuro na Primeira República uma vez que historicamente o movimento republicano enfrentou dificuldades para unificar os diversos grupos e seus interesses.

O movimento político e intelectual iniciado no fim do século XIX com vistas à deposição do imperador revela as dificuldades que os contemporâneos tiveram para construir eixos que agregassem os diversos grupos que dele faziam parte. (...) Para que o movimento — já fragilizado pela dispersão territorial, pela ausência de letramento da

⁸ MGQM insere o “m” posteriormente.

população e pelas dificuldades de comunicação — não fracassasse, era necessário que a propaganda se concentrasse mais na crítica do passado do que em um projeto de futuro. (VISCARDI, 2019, p. 291)

Uma das máximas revela a atenção dada por Maricota aos assuntos relacionados às mudanças sociais ligadas ao gênero feminino: “Divórcio = uma lei que deve existir, para não se usar.” (Agenda de MGQM, 18 de outubro de 1925). Nas máximas, apreendo a perspicácia, a inteligência maliciosa e a vivacidade do pensamento de Maria da Glória. Maricota usa e abusa das exclamações e reticências, tornando-os sinais característicos de sua redação, assim como os dois traços paralelos, indicando “igual a”:

Políticos = gente que sofre de antares: Campos Salles e Paulo Orozimbo, Carlos de Campos e seu séquito de apaches.
Jurisprudência = novelo em patas de gatas!
Confiança = Jangada em alto mar!
Democracia = tendência para a aristocracia.
Patriotismo = dó maior na escola dos sentimentos humanos! (Caderno 3 de MGQM).

Religiosas, teológicas, apostólicas romanas (1894)
Deus = pedaço de cera mole que qualquer [um] amolda ao seu talante.
Religiões = fórmulas variadas com regras próprias ou ritos para... chegar ao desconhecido!!!...
Cristo = fizeram-no deus, para o amesquinharem.
Virgem Maria = peteca teológica!
S. José = da escritura a triste figura.
Catolicismo = dente podre na boca da humanidade!
Padre católico = saca-rolhas humano!
Papas = transunto da humildade e do beija fé!

S. Paulo = vira-casaca! Patrono dos políticos! (Caderno 1 de MGQM).

Neste tecido heterogêneo de significantes, destacam-se dois eixos que ganham relevo: a vida conjugal e os assuntos políticos. É possível reconhecer nessas temáticas uma unidade, um foco de expressão para onde convergem todas as modalidades de escrita desenvolvidas pela matriarca. É o que se nota no volume que destoa dos demais materialmente — não é um caderno, mas uma agenda grande (37 x 13,5 cm) a “Carteira Commercial Paulista” de 1922. A agenda cobre registros variados do período entre 1924 e 1927. A anotação de 1º de janeiro de 1922, uma entrada de diário, narra a passagem de ano e as ações do dia. Na sequência, dando espaço de duas linhas, inclui um de seus preceitos morais:

Hotel Fraccaroli⁹. Estiveram aqui desde a véspera Nenezinha, Isa, minha cunhada Maria e as filhas, mais Hugo e José Arruda. Dormiram e almoçaram. A noite fui de automóvel dar um passeio pela Avenida Grande a convite do Hugo, indo Helena, Nenezinha e Isa. Terminou o passeio com o Cinema Central.

As más palavras nascem dos maus pensamentos e estes dirigem os sentimentos do coração. Quantas vitórias para o bem, trazem as boas palavras? Se elas inspiram esperanças são como a água com que se orvalham as plantas, que morreriam ressequidas!... Temos todos em nossas mãos fazer tanto bem... e tanto mal!... Para mim não há¹⁰ maior crime do que o da indiferença. (Agenda de MGQM, 1º de janeiro de 1922).

Na mesma folha, no alto da página, em um registro que parece ter sido acrescentado posteriormente – a tinta da caneta não é a mesma e a frase está em destaque – Maricota designa a agenda como um bem a ser herdado por uma das filhas: “Por minha morte este livro será de Nenezinha.”, evidenciando a importância que ela dava à sua produção. Essa mesma página contém mais três blocos de anotações, o primeiro deles, indicando despesas: “Vencem-se os juros de 30000 trinta contos emprestados a Câmara Municipal de Santos, no dia 18 de Julho, juros de 12 por cento.” Os outros dois blocos de texto estão ilegíveis. Além de designar a agenda como um bem a ser herdado, Maricota dá atenção à cronologia. Na página 3 de janeiro, por exemplo, corrige uma data de registro, em respeito ao calendário: “Esta página foi escrita aqui por engano. Pertence ao dia 6”. Em outra ocasião, ao anotar uma receita, acrescenta o ano (1926), para documentar que a anotação não corresponde ao 1922 da agenda.

Entre os assuntos recorrentes estão as lembranças da vida conjugal. Maria da Glória e João Correa Moraes casam-se em 1869. As narrativas sobre a opressão no casamento se impõem com frequência. Até a velhice, com mais de 70 anos, ela relembriaria seu “mau destino”. Às vezes essa memória parece ser provocada por um evento indireto. Aliás, esse parece ser um dos usos que Maria da Glória faz da agenda: aproveita o calendário para recuperar acontecimentos longínquos. A data de aniversário do neto Miroel Silveira (8 de maio), por exemplo, evoca a cerimônia de seu casamento em 1869:

Aniversário de Miroel e também do meu **venturesco**¹¹ casamento celebrado em 1869 no Seminário Episcopal, ficando a residir em casa

⁹ A localização da escrita está na primeira linha, onde consta o dia da semana, “Domingo”, o numeral correspondente ao dia, “1” e é acrescentado a caneta o ano 1922.

¹⁰ MGQM corrige a primeira parte da frase inserindo “mim” e “há”. No primeiro jato da escrita saiu: “Para não”.

¹¹Nota-se a ironia na escolha do adjetivo.

de meus pais, cousa que não aconselho a ninguém. O homem desde o primeiro dia, deve prover ao alimento e despesas diárias, tomando ao sério a sua posição de dono de casa. Quanto a mulher **perde ela a liberdade de agir e reagir quando seu marido não a compreende**, sendo ela desde o 1º dia a **curvar-se e tudo evitar para não dar a entender que sofre, quando o marido dela abusa**. (Agenda de MGQM, 8 de maio de 1922, grifos meus).

A propósito do aniversário de Maria Isabel, Maricota contrasta o seu casamento infeliz à situação matrimonial favorável vivenciada pela filha:

10/08/1880. Neste dia 10 de Agosto de 1880, nasce minha filha Isabel à r. Episcopal no. 3 (hoje Washington Luiz.) às 10 horas da noite. Nesse tempo veria eu quase sempre sozinha... Meu marido meteu-se na empresa de uma Revista e tratou de publicar os discursos de José Bonifácio. Preparava-se para seguir para o Norte do país, quando acabasse as excursões por Minas e Rio. **Era muito triste como sempre a minha vida...** Logo após o parto seguiu para as excursões. Tive ama de leite para a pequena porque vivia nessa época com mais recursos. Em 1905, **casou Isabel com o Dr. Valdomiro Silveira. Considero-a felicíssima!** Seu marido, rapaz de talento, de juízo e um dos nossos literatos de mais valor é também o melhor advogado de Santos. De uma condescendência enorme com Isabel, além de dar-lhe todos os confortos deixa-a a fazer tudo que quer! Tirou do pai a tendência das locomoções. (Agenda de MGQM, 10 de agosto de 1922).

Nesses trechos, as mazelas da vida conjugal de Maria da Glória irrompem imprevisivelmente. O aniversário de Miroel, atrelado à lembrança da cerimônia de seu casamento com João Correa de Moraes, desencadeia uma reflexão sobre esposas dominadas por maridos. O aniversário de Isabel estabelece uma sutil comparação entre o seu casamento e o da filha. As reminiscências ligadas ao matrimônio iam surgindo fragmentariamente. No registro correspondente a 2 de abril de 1922, contudo, Maricota, em sete páginas seguidas, de um jato, analisa a personalidade do marido. Descreve aspectos de seu comportamento, narrando a relação violenta (moral e fisicamente) a que esteve submetida:

Nasce neste dia em Campos o meu marido = João Correa de Moraes, rapaz de talento fácil, mas sem diretriz moral! Não se soube dar valor. Maníaco, leviano, muito preocupado com a higiene, só tratando do seu físico e não tomando nada a sério, nunca teve a estabilidade do lar! Tinha a mania além de outras das viagens, sofria de locomotite. Muito me fez sofrer duplicando as dificuldades da minha missão de mãe de família! Viajando sempre atrás de sonhos, tornou-me vítima de todas as dificuldades. Cheio de contradições, deixando-me sempre sozinha, tinha o desaforo de fazer-me cenas escandalosas de ciúmes das quais fui vítima.

Separou-se de mim e só coube-me a tarefa de criar e educar os filhos. Quando estive à morte¹² vindo de Caxambu, veio ele também com a sua amásia. E para estar com o filho moribundo tive de estar com ele e a amásia ao pé do leito de meu filho, em sua casa na Barra Funda 39.

Não houve da parte dele a menor culpa, pois a chamado do filho [que] estava em Caxambu, teve de vir com ele até S. Paulo!

Muitas lágrimas chorei em sua companhia, além de suas falcatruas amorosas, numerosas, propôs-me separação de leitões, assim vivi 4 anos na cidade de Bagagem. Criado no meio de escravos ele apreciava imenso as crioulas. Era cega e crente por ele, que [afetava?] grande santidade.

Como magistrado para onde por 2 vezes o impeli e que ele abandonava, foi de extrema [probidade?].

Bom e sincero amigo, seria alguma cousa se não fosse boêmio, leviano e criouleiro. A sua vaidade de namorado a [ilegível], muito me envergonhava. Dizia que tinha fluído especial, porque todas as mulheres gostavam dele! Contemplava-se ao espelho desvanecido a bater nos músculos dos braços, a esfregar [papéis?] de seda na pele! Para falar com ele, era preciso fazer-lhe sinal à distância, pois empunhava sempre um cacete que fazia girar nos punhos revezando-o e curvando e estalando os ossos dos joelhos, na eterna ginástica objeto do seu culto.

Era difícil a mim sua mulher¹³ insinuar-me, porque ao contrário de muitos homens, não tinha tendências gastronômicas, queixando-se sempre de azia e só querendo doces!

Desde os primeiros dias de seu casamento experimentei lhe logo os variados despotismos. Havia de tomar banhos a um tanque do Prates, onde havia uma casinha apropriada de madeira e uma escadinha, por onde me era proibido descer. Ele punha os pés nas vigas, pegava-me pelas mãos e atirava-me à água mesmo nos últimos tempos da gravidez. Com todo aquele peso levantava-me pelos braços e não sei de quanto acidente escapei. Foi preciso empenhar-me com mamãe para falar com ele para que me permitisse utilizar-me da escadinha.

Enquanto isso não se ocupava do futuro apesar de vivermos em casa de meu pai que não se consolava de ver-me sofrer em silêncio havendo em casa desarmonia porque papai bem via as cousas fora dos eixos! Tinha de mim um ciúme grosseiro, e vindo uma criada chamar-me para dizer que seu vestido não estava decente para trazer café na sala, veio logo suspeito fazer-me uma cena, pensando que era algum recado amoroso que ela me vinha dar. Raro era o dia que não chorava escondida visto morar em casa de meus pais, de maneira que tive de curvar a cabeça diante dos seus dislates.

Quando vinha alguma visita já estava à espera dos seus modos inconvenientes pois namora[va] todas as mulheres que via e mais sentida ficava quando eram aquelas que falavam mal dele e me mal [ilegível] por acharem que ele não me merecia! Fazia lhe ver tudo isso, mas era inútil! Dizia lhe se quiseres podes sair à noite eu esperarei para abrir-te a porta, mas pelo amor de Deus não me humilhes, nem dêes razão aos que vinham falar-me mal de ti!

Pôs trapézio no meu quarto de dormir, onde fazendo ginástica de cabeça para baixo tinha de encher tudo com placas de lama que trazia do quintal onde acabara de rachar lenha, passando pela sala de jantar em mangas

¹² Referência ao filho.

¹³ Ao final desta página, MGQM insere “continua”.

de camisa e calça a escorregar-lhe abaixo da cintura, para não fazer-lhe mal. Tinha de prestar-me a deixar-me carregar para servir-lhe de peso. Mais tarde olhando-me insuficiente, trouxe tijolos embrulhados em [ilegível] que ao depô-los no chão levantavam uma poeira vermelha!! Meu pai muito assustado vinha dizer-me que sendo os pregos do teto pregados debaixo¹⁴ para cima, poderia desabar o teto... Todas as considerações eram inúteis. (Agenda de MGQM, 2-8 de abril de 1922).

Maria da Glória e João Correa Moraes casam-se durante a vigência do Segundo Reinado, quando o discurso ideológico encerrava as mulheres em rígidos papéis sociais, como o da “rainha do lar”, sustentando o tripé esposa, mãe e dona de casa. (MALUF; MOTT, 1998, p. 373). Maricota sofreu a desumanização vivida pelas mulheres – era carregada pelo marido quando ele tinha intenção de se exercitar – e esteve exposta a situações humilhantes. O âmbito do poder do esposo era validado pelos usos e costumes da época em que estiveram casados, os quais perduraram até as primeiras décadas do século XX:

Processos de divórcio de ricas famílias paulistas nesse período revelam o recurso frequente à coerção física das mulheres. Pesquisas registram que o marido, tal como um pai, se sentia no dever de punir com violência sua esposa quando desobedecido. Embora nenhum código permitisse ou sequer relevasse tais agressões, estas se davam sob a proteção de regras de costume. (MALUF; MOTT, 1998, p. 373).

A escrita sobre a experiência conjugal, concretizada entre 1920 e o início da década seguinte, coincide, não por acaso, com o período em que se nota uma mudança no comportamento feminino. A imprensa, principalmente a feminina, acolhia os dois lados do debate que reunia conservadores e reformistas. É possível afirmar que Maricota acompanhava as notícias e discussões que difundiam uma nova ótica sobre a mulher. Mesmo que pendesse para o lado mais conservador, seus cadernos testemunham e assimilam “um brado de inconformismo, tocado pela imagem depreciativa com que as mulheres eram vistas e se viam” (MALUF; MOTT, 1998, p. 368).

Os temas eleitos por Maria da Glória são retomados em seus escritos, se transformam em memórias incontornáveis, reconhecidas por toda família. Eram histórias que ela fazia questão de rememorar, provavelmente por terem sido, além de marcantes, enredadas em pesar, angústias e dificuldades, vinham misturadas a um brio de quem teve força para elaborar e superá-las. As lembranças associadas a São Paulo são recheadas

¹⁴ No manuscrito: “debaixo debaixo”. MGQM rasura a primeira ocorrência.

deste sentimento de imponência. Maricota entronca a sua genealogia à “heroica” São Paulo “dos antigos bandeirantes” (*idem*, p. 2). Em seus conterrâneos (o “Paulista”, com letra maiúscula) reconhecia a “natural [...] altivez, energia, independência” (*idem*, p. 6). Maria da Glória exprime uma ideologia calcada no estereótipo do progresso. São Paulo, como cidade racional, voltada para a construção do futuro.

Nos cadernos de Maria da Glória, a política adquire papel fundamental. Mais do que qualquer outro estado brasileiro, São Paulo vive intensa agitação social e política nas décadas de 1920 e 1930, época em que os cadernos preservados são escritos. Nesse período vigora em muitos intelectuais uma visão ufanista de São Paulo, visto como terra do trabalho, do espírito pragmático, da responsabilidade e da seriedade. No artigo em que analisa parte da obra de Alfredo Ellis Jr., historiador que compõe o time de intelectuais a louvar o estado, John Manuel Monteiro menciona o “surto regionalista” que teorizava sobre a especificidade da mestiçagem paulista (luso-indígena) como justificativa para enaltecer o caráter democrático, empreendedor e autossuficiente da *Raça de gigantes*¹⁵ (MONTEIRO, 1994, p. 84). Concretiza-se, nos cadernos de Maricota, a visão heroica de São Paulo, sendo essa mais uma das lentes instigantes para se analisar sua produção memorialística.

A narrativa de Maria da Glória forja uma visão ufanista de São Paulo, associada à figura do bandeirante, visto em termos de superioridade em escala nacional. Maricota apresenta uma visão exaltada de São Paulo, em que a narrativa do bandeirismo se apresenta como estratégia de uma identidade histórica hegemônica (SALIBA, 2004, p. 577). Afirma o historiador Elias Thomé Saliba:

No caso específico de São Paulo, será particularmente após a Primeira Guerra que serão produzidas as grandes linhas narrativas de uma história paulista, fundada primeiro na elaboração de nobiliarquias e, depois, pela própria recriação de um passado bandeirista. Trata-se de uma narrativa monumental que se sobrepõe às narrativas menores e fragmentadas, amalhadas pela crônica circunstancial. Ela salta por sobre o passado mais recente, feio e conflitivo, de uma Cidade na qual às mazelas da escravidão vieram somar-se os estigmas de uma imigração tumultuária, e procura reatar o fio da continuidade com um passado longínquo e quase mítico. Preenchendo o vazio do tempo social ou colocando-se como um substituto ao ofuscamento das lembranças, a grande narrativa acaba também por realimentar o processo de esquecimento social. História.

¹⁵ *Raça de gigantes* é uma das obras de Alfredo Ellis Jr., publicada na década de 1920, que integra a pesquisa de John Manuel Monteiro.

Os cadernos comprovam a filiação de Maricota a essa visão ufanista marcada por nuances que variam entre o sarcasmo, a zombaria, a indignação, a ironia e a revolta.

S. Paulo 15 de Fevereiro de 1932. [...] Estive conversando com um médico Mineiro, o qual referindo-se aos Paulistas disse: Em Minas nós não somos ostentadores como os Paulistas, estes compram uma fazenda por 20 contos, e averbam por 30 contos, nós os Mineiros, compramos por 30 contos e apresentamos ao Fisco como valendo 20 contos! O Fisco que lhes agradeça. (Caderno 3 de MGQM).

A memorialista fornece, nos cadernos, a sua interpretação da Revolução Constitucionalista de 1932:

S. Paulo 16 de Dezembro 1932. [...] Tivemos a Revolução Paulista a única consagração de heroísmo militar que faltava ao Paulista moderno. Estavam eles assombrando o mundo e empalidecendo a [ilegível], Grécia, Esparta e Roma. Não foi só o soldado, mas os cidadãos que [ilegível] o Mundo!

A luta foi desigual e terrível!

Minas que a tinha provocado portou-se logicamente! A terra de traidores e assassinos esteve na altura de suas tradições envenenando as águas e os alimentos! [...] A influência oculta e subterrânea dos Mineiros explica-se! Não estava Minas aliada com a Paraíba? Não são eles que nos indispõem contra os Nortistas? Não são eles que fazem as obstruções? No entanto para destruí-los politicamente, não são necessárias tropas, nem artilharia... Bastariam caravanas de estudiosos, que lá fariam uma Estatística, pondo-os conhecidos, porque a Estatística para o Mineiro escondido naqueles [ilegível] seria o mesmo que estricnina para cachorro! (Caderno 3 de MGQM).

Maricota discorre sobre a mulher e a política em três oportunidades em seus cadernos, reelaborando as suas anotações. No caderno 2, suas reflexões aparecem sob o título: “O voto feminino e as posições políticas”, o que permite localizar o contexto dessa escrita, provavelmente motivada pelo movimento sufragista brasileiro que culminou com a conquista do direito ao voto feminino em 1932. Ao jogar luz ao tema, Maricota revela uma consciência da limitação da participação da mulher na vida pública, algo. Sua postura explicitamente conservadora a distanciava de mulheres como Nísia Floresta (1810-85), Maria Lacerda de Moura (1887-1945) e Bertha Lutz (1894-1976) que aspiravam por parâmetros igualitários entre homens e mulheres. Em seus preceitos, Maricota mantinha a mulher associada a padrões morais conservadores como aparece na listagem de qualificações exigidas para a mulher que deseje candidatar-se a um posto político:

As candidatas sujeitar-se-ão às condições seguintes:
Idade 40 anos.

Não ter frequência de confessorário e muito menos diretor espiritual: tendo os padres, soldados, frades e mendigos proibidos de votar por não terem independência própria, muito menos a terão as confessadas dirigidas.

Ter 10 anos pelo menos de matrimônio, onde a paz, o amor e o conforto tiverem reinado.

Apresentar 4 filhos sãos, robustos, perfeitamente disciplinados.

Não ter usado de artifícios e provocado abortos.

Ter a conta dos fornecedores em dia.

Não jogar no bicho.

Não usar vestidos pelos joelhos e sovaqueira a mostra.

Não ter lábios e faces sarapintadas.

Não ter chiliques e ataques histéricos.

Não amar o luxo e as toilettes dispendiosas.

Que conheçam a história de seu país e especialmente a do próprio estado.

Quanto às Paulistas, que saibam responder aos dislates, ditados pela inveja cujo progresso em S. Paulo foi devido a iniciativa particular, dedicação e trabalho dos Paulistas, sobretudo ao heroísmo das Senhoras Paulistas, essas heroínas do século 19 que a tudo se sujeitaram nas fazendas fundadas em sertões bravios.

O braço escravo fundou a onda verde, o patriotismo guiado pela imprensa inteligente produziu admirável surto que observamos.

Que tendo como até hoje dirigentes de larga visão, sulcaram o Estado de S. Paulo de estradas de ferro a custa particular e atraíram a imigração e as suas grandiosas consequências, sendo hoje o que somos sem termos imitadores. (Caderno 2 de MGQM).

Por fim, o engajamento de Maricota na causa identitária paulista assume várias entonações, dentre elas a da melancolia e do saudosismo, próprios da escrita memorialística que se caracteriza por uma posição retrospectiva sem esconder a visão que representa a aristocracia paulista decadente passível de recorrer a lugares comuns e generalizantes que presentes na pauta de uma época:

Por que há de reviver sempre em nós a lembrança e a saudade do passado? e nós os paulistas que tão escravos somos a nossa antiga Paulicéia não te esquecemos nunca, ah Pauliceia das cerradas neblinas, do acre perfume da terra cujos campos eram tapetados de florinhas mimosas das grandes chácaras vastas cheias de frondoso arvoredo, das várzeas floridas e de miríades nuvens de errantes pirilampos? Que foi feito de nós ah Pauliceia amada invadida pelo estrangeiro e [vista?] de altas chaminés fumegantes que impedem contemplar os maravilhosos escrúpulos, tão cheios de visões e de mistérios? (Agenda de MGQM, 21 de novembro de 1926).

O movimento feminista costuma ser pensado em ondas: “começam difusas e imperceptíveis e, aos poucos (ou de repente) se avolumam em direção ao clímax o instante de maior envergadura, para então refluir numa fase de aparente calma, e novamente

recomeçar” (DUARTE, 2003, p. 152). Maricota não se associa a nenhum dos momentos da vanguarda feminista no Brasil, ao contrário, o que se nota em seus discursos são traços conservadores. Porém, não se pode negar que sua escrita foi atravessada pelas discussões que fomentaram as ondas feministas no Brasil. Tomando como base os estudos de Constância Lima Duarte, que pesquisa a literatura em intersecção com o movimento feminista, Maricota testemunhou as lutas dos anos 1870 e 1920. Em 1870, com vinte anos, possivelmente testemunhou a luta de conscientização das mulheres ao direito de estudar e trabalhar. Jornais e revistas de cunho feminista são os protagonistas deste movimento. Na década de 1920 (com 70 anos), Maricota vivencia a luta pelo direito ao voto e a foto da capa de *Reminiscências de uma velha* comprova sua adesão a este movimento, além de ter muito a dizer sobre sua faceta engajada. Tirada em 1932, ano em que foi permitido o voto feminino, o 3x4 foi clicado com o objetivo de constar no título de eleitora da matriarca, como Yone Quartim faz questão de ressaltar:

Aí está seu livro, vovó, com sua foto 3x4 ampliada na capa, a foto simples como você mesma. Autêntica, sem sofisticação, sem penteados, sem vestidos especiais, sem joias, sem a assinatura do fotógrafo. Aí está você, como você era. Esta foto é um símbolo. Você a tirou para o seu título de eleitora, com a idade de 82 anos. Aí, vó! Dando uma lição de civismo às comodistas. Veio a lei, permitindo o voto feminino, lá estava você, primeira da fila, com seus cabelos de neve, suas rugas, seu coração vibrando, perfeito, modelo 1850. (MORAES, 1981, p. 9).

Na escritura e nas brechas de sua biografia, se percebe o esforço de Maricota em se manifestar, ser ouvida e legitimar sua visão de mundo. O sobrevoos por sua produção nos aproxima de uma voz sagaz, observadora e remete ao anúncio que ela faz de si (apresentado no primeiro parágrafo deste artigo). Se por um lado, seu discurso não é contra hegemônico, por outro, não se pode negar sua voz distinta ao relatar a experiência da vida conjugal, cercada de desarmonia, frustração e violência, ou ao direcionar sua verve aos assuntos políticos proferindo um discurso aguerrido, em defesa da Paulicéia da qual se orgulha. Porém, ainda que escrevesse energeticamente, descrevesse as situações e os sistemas de controle a que estava submetida, não era sua a vez de narrar. A escrita, representada como algo elevado, se reservava aos grandes homens. A mulher estava destituída da condição de sujeito histórico, político e cultural e aquelas que escreviam faziam à margem do poder dominante. Mesmo sendo parte de uma elite cultural, são excluídas do processo formativo da literatura nacional:

O nacional, enquanto espaço das projeções imaginárias de uma comunidade que buscava afirmar sua autonomia e soberania em relação à metrópole, constituiu-se como um domínio masculino, de forma explícita e excludente. As figuras do pensador, do crítico e do escritor definiam o lugar do sujeito que fala em nome da cultura e da cidadania a partir de uma lógica conjuntiva e horizontal, de cunho universalista, em sintonia com a racionalidade progressista da coesão social em que se pautava a concepção de nação moderna. (SCHMIDT, 2019, p. 65).

No *corpus* analisado, noto a voz de Maricota em uma relação de confronto. É perceptível o atrito com o papel, o embate das palavras, o esforço no processo constante de devir. Nesse contexto, a mulher que escreve transgride e inverte a norma. Mulheres como Maricota desbravavam um espaço inexistente até então, pois transferem a posição de objeto para sujeito na tentativa de deixar o lugar de exclusão e ausência. A mulher que nasceu e viveu na época de Maria da Glória recebeu uma educação “descerebrante”. E mesmo que se sentissem chamadas para esta atividade, conforme comenta Hélène Cixous: Se olhassem para os lados que referências encontrariam? Quais teriam sido as sucessoras? “O que havia era o sentimento de deserto.” (CIXOUS, 2022, p. 31).

“Que importa quem fala, disse alguém, que importa quem fala”, é a citação que Foucault empresta de Beckett para iniciar a discussão sobre a noção de autoria em uma comunicação apresentada à *Société Française de Philosophie*, em 1969. Faço aqui uso instrumental da discussão, sem me inserir no propósito defendido por Foucault de debater a morte desta autoridade. No texto: “O que é um autor?” o filósofo considera a autoria uma função complexa construída conforme a sociedade e o contexto cultural de uma época:

Em suma, o nome de autor, serve para caracterizar um certo modo de ser do discurso: para um discurso, ter um nome de autor, o facto de se poder dizer “isto foi escrito por fulano” ou “tal indivíduo é o autor”, indica que esse discurso não é um discurso quotidiano, indiferente, um discurso flutuante e passageiro, imediatamente consumível, mas que se trata de um discurso que deve ser recebido de certa maneira e que deve, numa determinada cultura receber um certo estatuto. (...) A função autor é, assim, característica do modo de existência, de circulação e de funcionamento de alguns discursos no interior de uma sociedade. (FOUCAULT, 1992, p. 45-46).

Textos como os de Maricota eram acometidos de dupla invisibilidade. A escrita de si (diários, memórias, cartas) foi considerada gênero literário tardiamente. Vista com desconfiança, considerada mediana, ao alcance de qualquer um e por isso tida sem valor se comparada aos gêneros ficcionais. Poucos são os críticos literários que não reduzem as memórias a uma fonte de documentação histórica e biográfica. Porém, até mesmo o

diário que captura o instante e, aparentemente, não tem intenção de seduzir, encena um eu. Não sejamos ingênuos em reduzir a escrita memorialística, cabe estudá-la por ela mesma, como um gênero capaz de ir além, dotado de envergadura. A escrita possível: memorialística de Maria da Glória se constrói de maneira instável quanto a forma (fragmentária e repetitiva) sem se encaixar em uma forma única e cumpre a função de construir e afirmar uma singularidade em uma sociedade que forçava o gênero feminino a uma domesticidade.

Referências

- BARTHES, Roland. *Aula*. Tradução e posfácio de Leyla Perrone-Moisés. São Paulo: Cultrix, 1996.
- CIXOUS, Hélène. *O riso da medusa*. Tradução de Natália Guerellus e Raísa França Bastos. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2022.
- DUARTE, Constância Lima. Feminismo e literatura no Brasil. *Revista de Estudos Avançados*, 17, 2003.
- FOUCAULT, Michel. “A escrita de si.” In: *O que é um autor?* Tradução de António Fernando Cascais. Lisboa: Passagens. 1992, pp. 129-160.
- LEJEUNE, Philippe. “Avant-propos”. In: *Le journal intime: genre littéraire et écriture ordinaire*. Paris: Téraèdre, 2004.
- MALUF, Marina; MOTT, Maria Lúcia. Recônditos do mundo feminino. *História da vida privada no Brasil*, v. 3. Organização: Nicolau Sevcenko. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- MONTEIRO, John Manuel. Caçando com gato: Raça, mestiçagem e identidade Paulista Na obra de Alfredo Ellis Jr. *Novos Estudos CEBRAP*, São Paulo, v. 38, p. 79-88, 1994.
- MORAES, Maria da Glória Quartim de. *Reminiscências de uma velha: compilado por Yone Quartim*. s. l. s. n. [1981]. 219 p. O exemplar pode ser encontrado na biblioteca da FFLCH pelo número de localização: 929.2 Q27r.
- MUZART, Zahidé Lupinacci. *Escritoras brasileiras do século XIX: antologia*. Florianópolis: Editora Mulheres; Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2000.
- PERROT, Michelle. “Práticas da memória feminina”. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 9, no. 18. pp 09-18, ago.89/set.89.
- SALIBA, Elias Thomé. Histórias, memórias, tramas e dramas da identidade paulistana. *História da cidade de São Paulo*, v. 3: a cidade na primeira metade do século XX. Organização de Paula Porta. São Paulo: Paz e Terra, 2004.
- SCHMIDT, Rita Terezinha. “Na literatura, mulheres que reescrevem a nação”. In: *Pensamento feminista brasileiro: formação e contexto*. Organização: Heloisa Buarque de Hollanda. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.
- VIANA, Maria José Motta. *Do sótão à vitrine: memórias de mulheres*. Belo Horizonte: Editora UFMG/Faculdade de Letras da UFMG, 1995.
- VISCARDI, Cláudia. “Primeira República (1889-1930): República Oligárquica”. In: *Dicionário da República: 51 textos críticos*. Organização: Lília M. Schwarcz e Heloisa M. Starling. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.